

Uma Avaliação da Influência da Teoria do Crescimento da Firma de Edith Penrose no Desenvolvimento da Visão Baseada em Recursos¹

An Appraisal of the Influence of the Theory of the Growth of the Firm on the Development of Edith Penrose' Resource Based View

Bruna Cataldo de Andrade

Mestranda em economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

brunaccandrade@gmail.com

Resumo

O objetivo geral deste trabalho é avaliar a relação entre a Visão Baseada em Recursos (VBR) e a teoria do crescimento de Penrose, a fim de realizar uma análise comparativa entre ambas. Isto é motivado pela disseminação na literatura de que Penrose é precursora de teorias da firma com foco em capacidades, dentre elas a VBR. Sendo assim, o objetivo específico é pontuar quais aspectos confirmam tal afirmativa e quais mostram distanciamento entre as teorias. Além disso, pretende-se mapear o debate, que se encontra desmembrado na literatura. O enfoque da VBR é o de Jay Barney e dos autores de sua linha de argumentação, uma vez que este é considerado um dos pioneiros da teoria.

Palavras-chave: *visão baseada em recursos, Penrose, capacidades, teoria da firma, firma penrosiana*
JEL Codes N10; N20

Abstract

The general objective of this work is to assess the relationship between the Resource-Based View (RBV) and Penrose's theory of the growth of the firm in order to draw a comparative analysis between them. The motivation comes from the widespread notion in academic literature that Penrose is the precursor of those theories of the firm which focus on capabilities, one of them being the RBV. In this sense, the specific objective is to determine which aspects confirm this assertion and which highlight differences. Furthermore, this work intends to chart the debate, which is fragmented throughout the literature. The RBV focus will be that of Jay Barney and authors who follow his line of interpretation, given that he is considered one of the pioneers of this theory.

Keywords: *resource-based view, Penrose, capabilities, theory of the firm, penrosian firm*
JEL Codes N10; N20

¹ Artigo recebido em 23/09/2017. Aprovado em 26/12/2017



Introdução

Desde sua consolidação como paradigma nas ciências econômicas após a revolução marginalista iniciada ao redor da década de 1870, a teoria neoclássica foi vista como referência para as análises da firma. A partir da década de 1970, porém, alguns autores demonstraram descontentamento com a incapacidade deste marco de responder a questionamentos envolvendo aspectos organizacionais. Consideraram que a limitação advinha de hipóteses restritivas, que levavam a firma neoclássica a ser uma “caixa preta” na qual entram insumos e saem produtos - ou seja, isenta de aspectos organizacionais. Parte do descontentamento surgiu a partir da observação empírica de vantagens competitivas prolongadas que não eram corrigidas pelo mecanismo de mercado. Em resposta a esta limitação, foram desenvolvidas diversas teorias para analisar as causas destas vantagens competitivas a partir do foco na estrutura interna das empresas. Nestas teorias, diferentemente do mainstream, as vantagens competitivas não eram vistas como um desequilíbrio temporário, inaugurando um marco teórico sobre estratégias e gerenciamento. Os responsáveis pelo desenvolvimento deste campo enfatizam que seus trabalhos se basearam em autores ativos durante a hegemonia neoclássica na teoria da firma, que ficaram à margem da História do Pensamento Econômico (HPE) até que a insatisfação com a ortodoxia os colocou em evidência.

Um exemplo é Edith Penrose, que escreveu no final da década de 1950 e início de 1960, mas somente ganhou reconhecimento ao ser considerada uma influência para diversas teorias elaboradas nos anos 1980 sobre estratégia e vantagem competitiva. Uma destas teorias é a Visão Baseada em Recursos (VBR), objeto deste trabalho e uma das responsáveis pela disseminação da ideia que firmas são heterogêneas e, portanto,

têm desempenhos diferenciados de modo sustentado. É possível encontrar diversos trabalhos da VBR, que atribuem a Penrose as bases para o desenvolvimento deste pensamento. A autora dedicou seu trabalho ao crescimento da firma e o fez de modo alternativo ao ortodoxo, sendo uma das pioneiras neste tratamento teórico. Sua crítica à firma neoclássica partiu da percepção da necessidade de olhar para dentro da empresa, e não somente para fora.

Considerava que a hipótese de homogeneidade e a defesa de um tamanho ótimo para a firma seriam problemáticas por impedirem a análise, já que anulam a possibilidade de diferenças no nível interno da empresa. Sugeriu, contrariamente, que as empresas são heterogêneas e que não existiria tamanho ótimo, mas sim uma limitação ao crescimento por conta da incapacidade gerencial de aproveitar todos os recursos disponíveis. Não há, portanto, uma limitação ao crescimento em si, mas a sua taxa. Alguns conceitos usados no desenvolvimento destas ideias foram considerados fundamentais para os autores da VBR, fazendo com que Penrose tenha sido consagrada como uma grande precursora. A proposta deste trabalho é evidenciar onde tais influências aparecem e onde há diferenças ou mesmo oposição entre as duas visões. Serão traçados, portanto, os paralelos entre as teorias a fim de avaliar a afirmativa de que Penrose é uma influência direta à VBR. Desta forma, este artigo mapeia o debate acerca da influência da autora, que se encontra disperso na literatura da teoria da firma.

A metodologia utilizada para desenvolver este artigo foi a revisão de literatura através do levantamento de textos e elaboração de resenhas e árvores teóricas que permitissem a interpretação das análises dos diferentes autores. A seleção inicial foi feita no Portal de Periódico CAPES a partir de palavras-chave como “Penrose”, “Visão Baseada em Recursos”, “Capacita-

ção”, “Teoria da Firma”, “Firma Penrosiana” e suas respectivas traduções para o inglês. A partir da base inicial de textos gerada, foi feita uma filtragem a partir dos títulos de modo a desconsiderar textos que não cruzassem as palavras-chave selecionadas, como aqueles em que outras teorias da firma ou outras obras de Penrose fossem tratadas. Posteriormente, houve um recorte baseado nos resumos dos trabalhos e a adequação dos mesmos ao escopo e objeto deste trabalho.

Com a base inicial determinada, foram identificadas novas bibliografias a partir das referências utilizadas pelos autores no levantamento inicial. No final, foram utilizadas 21 fontes, dentre eles 15 artigos e 6 livros. A partir destes foram elaboradas resenhas críticas e uma árvore teórica para identificar o posicionamento, premissas e hipóteses dos principais intérpretes. Tal construção foi necessária para garantir a homogeneidade das comparações e validade metodológica do debate exposto, uma vez que um ponto identificado no processo foi que diferentes autores partem de conceitos diferentes e dialogam entre si sem considerar tal questão. O esforço metodológico, portanto, envolveu garantir a exposição do debate de modo uniforme e coerente.

Edith Penrose e a Teoria do Crescimento da Firma

Inserção de Edith Penrose na HPE da teoria da firma

Para tratar das obras de Penrose e dos conceitos nelas apresentados, é necessário inseri-las nas diversas linhas de pensamento da teoria da firma, que podem ser divididas, segundo Kerstenetzky (2007), sob duas categorias: alocativa e acumulativa. Na perspectiva alocativa, a firma é representada de maneira simplificada, sem tratar das questões organizacionais, comerciais, tecnológicas e internas

em geral. É retratada como parte de um sistema voltado para a alocação de recursos e formação de preços, a “caixa preta” neoclássica. Depois da fixação do programa de pesquisa neoclássico, surgiram abordagens diversas, mas ainda enquadradas no individualismo metodológico e racionalismo maximizador típico do mesmo. É o caso da contribuição de Coase (1937), que aborda a natureza da firma de acordo com as decisões entre internalizar ou não a produção a partir de custos de utilização do mercado, mas ainda mantém a maximização, o individualismo e a natureza estática da análise. Já na perspectiva acumulativa, podem ser agrupados autores como Smith, Marx, Marshall, Penrose, Richardson, Nelson e Winter, todos os quais mantêm o foco no crescimento da firma, apesar de diferenças de abordagem teórica. Os clássicos olham para “acumulação de capital no âmbito de um processo de crescimento da unidade de produção e do sistema econômico”, enquanto os outros trabalham a ideia de que “acumulação envolve o crescimento do conjunto de capacidades da firma” (Kerstenetzky, 2007,213).

Fiani (2015) também apresenta uma metodologia de classificação para o estudo de empresas, dividindo as teorias entre as organizacionais e as tecnológicas. A abordagem tecnológica é a da teoria econômica convencional, na qual são desconsiderados aspectos organizacionais e institucionais. Para os autores que trabalham a empresa a partir dessa dimensão, ela é apenas uma função de produção que transforma insumos em produtos para vendê-los no mercado e obter lucro. Esta dimensão depende da hipótese de perfeita informação, que permite o descarte da perspectiva organizacional ao assumir que “a empresa sempre seria organizada da melhor maneira possível” (Fiani, 2015, 7). Tal análise acaba tornando-se demasiado abstrata, não permitindo o estudo de questões práticas. Em contrapartida, a dimensão organizacional considera os aspectos

tos institucionais e organizacionais da firma e, portanto, não utiliza a hipótese de perfeita informação. Esta, porém, não exclui o aspecto tecnológico, apenas acrescentando aquilo que não era trabalhado na teoria convencional. Por isso, a firma da perspectiva organizacional não necessariamente se organiza da melhor forma possível e abre espaço para um dos conceitos que Penrose desenvolve: a heterogeneidade das empresas.

A partir da análise das metodologias, pode-se concluir que Penrose está enquadrada nas perspectivas acumulativa de Kerstenetzky (2007) e organizacional de Fiani (2015). Tais classificações partem da associação que a autora faz entre crescimento e lucros máximos de longo prazo sem relacionar o “máximo” ao conceito matemático de ótimo. Associa-se a isso a argumentação de Penrose de que não há relação biunívoca entre os recursos porque, apesar de serem combinados, a forma como a combinação é feita gera resultados diferentes. Ela relaciona o ambiente e o conhecimento ao crescimento da firma por considerar que estes influenciam as interações entre os recursos, resultando em cada firma ser única. Percebe-se, portanto, que Penrose trabalha conceitos organizacionais e institucionais da firma, justificando esta classificação. Ainda no âmbito de situar Penrose na HPE, deve-se diferenciar sua teoria de outras que também trabalham a questão organizacional.

Penrose pertence ao grupo chamado de gerencialistas, que Dantas et al. (2002) apontam ter por característica fundamental a negação da maximização de lucro como único determinante do processo decisório. Dantas et al. (2002) mostram que teorias gerencialistas têm em comum a separação entre controle e propriedade, o que resulta em diferentes papéis para gerentes e acionistas, com foco na figura do gerente. Os gerencialistas representam uma alternativa à teoria da firma neoclássica porque o fato da ortodoxia

não tratar da firma em seu nível interno impede que seus questionamentos sejam respondidos dentro deste marco teórico. Apesar de ter considerado as críticas ao marco neoclássico inválidas, inclusive as dos gerencialistas, Machlup (1978) entende que certos problemas realmente não podem ser tratados pela teoria da firma ortodoxa. Ele relativiza sua defesa aos neoclássicos ao considerar a existência de problemas econômicos específicos à firma real que precisariam de tratamento teórico diferente:

For certain economic problems the existence of the firm is of the essence. For example, if we study the size distribution of firm or the growth of the firm, the organization and some of its properties and processes are the very objects of the investigation. In such studies we insist on a high degree of correspondence between the model (the thought-object) and the observed object (Machlup, 1978, 400).

Pitelis (2009) mostra argumentação semelhante ao afirmar que a firma neoclássica tem a finalidade de desenvolver uma teoria de preços e produto e que, para outros aspectos, as perguntas feitas estarão fora do que a teoria foi feita para responder. Considera que Penrose se viu nessa situação ao buscar respostas sobre o crescimento da firma na teoria econômica existente. Sem conseguir encontrá-las, ela desenvolveu sua teoria própria.

Penrose se distingue mesmo dentre os gerencialistas. Possas (1990) aponta distanciamientos como não abandonar o lucro como fator central. Mesmo que ela considere a separação de controle e propriedade, não vê tal característica como suficiente para a determinação de hipóteses de comportamento mais gerais. Ela não as determina porque, segundo Possas (1990), o foco não é este, mas sim a compatibilidade entre lucratividade e crescimento de longo prazo por meio de reinvestimentos na própria firma.

O resultado é que ela rejeita tanto a ideia de maximização quanto a sua substituição por um comportamento específico e satisfatório. Outro motivo de diferenciação entre a autora e os gerencialistas é apontado por Dantas et al (2002): ela desenvolveu uma teoria que colocou no centro a ideia Marshalliana de uma firma com mais organicidade e que cresce acumulando capacidades e recursos. De forma geral, ela se afastou de outros autores por considerar diversos objetivos para os gerentes, todos podendo ser englobados sob a ideia de crescimento.

1.2 A teoria do crescimento da firma de Penrose:

A teoria de Penrose pode ser apresentada a partir do conceito inicial de firma. Sua definição ganhou ampla difusão, ficando conhecida como “firma Penrosiana”, e consiste em um conjunto de recursos organizados dentro de uma estrutura e que se expandem com o objetivo de crescimento da empresa. Foss (1999) mostra uma consolidação de como Penrose define a firma:

The conventional outline of the main argument of Penrose's 1959 book is well-known and shall be only briefly summarized: firms are collections of productive resources that are organised in an administrative framework which partly determines the amount and type of services that the resources yield (Foss, 1999, 93).

Ela constrói seu conceito como alternativa à firma neoclássica, que considera uma abstração teórica sem aplicabilidade empírica. Piteilis (2009) mostra que Penrose considera a teoria tradicional inadequada para a análise de expansão da firma moderna, multiproduto e inovadora. A partir da firma, ela desenvolve diversos outros conceitos que culminaram na conclusão de que não existem limites para o tamanho da firma em si, mas a sua taxa de crescimento, devido à incapacidade dos gerentes de aproveitar todos os

recursos disponíveis e os transformar em bases de conhecimento capazes de gerar crescimento. Também chega à conclusão de que não há tendência ao equilíbrio, pois a possibilidade de utilizar recursos de diferentes formas permite que haja adaptação a mudanças nas estruturas de mercado.

Best e Garnsey (1999) mostram também que, para Penrose, o crescimento tem foco nos processos de produção e competição, como deixam claro na passagem: “To explain the growth of the firm, Penrose elaborates a process view of production and competition.” (Best, Garnsey, 1999, 188). Por ter uma natureza centrada em processos, estes autores consideram a teoria uma perspectiva dinâmica que dá grande importância para conhecimento e tecnologia. A fim de ilustrar os mecanismos através dos quais a firma cresce, Penrose desenvolveu conceitos como recursos, serviços produtivos e oportunidades produtivas. Conforme apresentado por Kerstenetzky (2000), a autora define recursos através da classificação em duas categorias: físicos ou humanos. Os físicos fazem parte das operações da firma e suas propriedades são familiares a ela. Já os humanos, que também são considerados permanentes e não variáveis, são associados ao trabalho.

Serviços produtivos são resultados das transformações feitas nos recursos a partir da experiência da firma. Daí vem a afirmação de que as firmas penrosianas são heterogêneas, pois a base de conhecimento usada no processo de transformação varia de acordo com a empresa, como ilustra a seguinte passagem: “The services of resources derive from the unique experience, teamwork, and purposes of each enterprise.” (Best, Garnsey, 1999, 188). Conclui-se que Penrose faz uma análise histórica do ponto de vista de processos, na qual a experiência de uma empresa é determinante para o crescimento. Isto significa que, mesmo tendo acesso aos mesmos

recursos, firmas terão diferentes serviços. Possas (1990, 68) resume: “(...) em decorrência do caráter individualista e mutável do conjunto de recursos pertinentes a uma firma – antes de mais nada atribuível às particularidades de sua gestão –, ela apresenta uma trajetória singular e histórica.”.

O resultado é um problema de coordenação pela dificuldade gerencial de organizar os recursos de modo a utilizar todo o potencial para a produção de serviços. Foss (1999) aponta que, apesar da impossibilidade de usá-los no presente, tais recursos estarão disponíveis no futuro sem aumento dos custos, por já estarem na empresa. O processo para permitir a utilização dos recursos traz geração de conhecimento e expansão, que gera novos recursos não aproveitados. A conclusão é que a firma Penrosiana precisa de uma base de conhecimento que a capacite para transformar recursos em serviços, mas sempre haverá o obstáculo da capacidade gerencial de aplicá-la. Sendo assim, percebe-se que o obstáculo ao crescimento não é o tamanho absoluto, mas a taxa de crescimento que pode ser alcançada a partir da limitação gerencial.

Por fim, há o conceito de oportunidade produtiva. A teoria de Penrose apresenta duas percepções sobre conhecimento e dinâmica produtiva: a produção de serviços a partir de recursos não utilizados, e a habilidade de perceber oportunidades de ação. A segunda está associada ao relacionamento com o consumidor para a formulação de novos produtos para o mercado. A relação entre serviços produtivos e oportunidades produtivas se dá pela necessidade de se criar a percepção de que há uma oportunidade, sendo esse o papel dos serviços produtivos. Best e Garnsey (1999) apontam ser uma noção tipicamente Penrosiana, pois coloca a firma como agente que molda o mercado dentro de um ambiente dinâmico ao invés de passivamente reagir a ele. A partir dos serviços que detêm, a firma

identifica e aproveita oportunidades produtivas para se diferenciar, o que resulta em modificações no mercado. Como a capacidade para perceber oportunidades está conectada aos serviços produtivos, específicos a cada firma, o mesmo acontecerá com essa capacidade.

1.3 Os limites ao crescimento da firma:

Foss (1999) mostra como os conceitos acima apresentados se unem na teoria de Penrose e explicam o crescimento da firma: o time gerencial adquire recursos e conhecimento sobre os serviços gerados a partir deles, e com o aumento do conhecimento promovendo a expansão dos serviços, a percepção das oportunidades da firma também é expandida. O autor explica que:

Since the opportunity costs of unused, excess resources are zero, there will be a strong internal incentive for such diversification which in turn causes the firm to grow – an idea that according to Penrose destroys the notion of firm’s optimum size. However, the managerial resources inherited from the past set a limit to the firm’s rate of growth (Foss, 1999, 93).

A proposição de limitação pelos recursos herdados ficou conhecida como o “efeito Penrose”. Os fatores de limitação do crescimento envolvem o fato de que não basta à empresa ter recursos não utilizados, deve haver também capacidade para antecipar oportunidades e rearranjar os recursos necessários para atendê-las. Além disso, os recursos são facilmente adquiridos, mas a capacidade para transformá-los demora a ser alcançada e requer experiência dos trabalhadores. Os resultados ao qual Penrose chega são descritos na seguinte frase: “everything cannot be done at once and one cannot do everything alone” (Best; Garnsey, 1999,191). A citação evidencia o foco da teoria na questão de tempo, processo e importância gerencial.

É importante tratar a fundo a importância gerencial, principalmente a ideia de trabalho em equipe. A geração de novos serviços depende das capacidades de quem trabalha no processo. Segundo Kerstenetzky (2000), o proveito máximo de recursos pela empresa depende não só de quais estão disponíveis, mas também da experiência dos trabalhadores. Considera que “(...) as combinações de recursos em cada firma ocorrem segundo padrões estabelecidos pelo conhecimento comum aos membros da firma, desenvolvido como resultado de um processo de evolução compartilhado.” (Kerstenetzky, 2000, 38). É fundamental que haja, portanto, qualificação em trabalho de equipe e não somente pessoas individualmente capacitadas, uma vez que as atividades envolvem conexões, cabendo ao gerente garantir o bom funcionamento do time.

Adicionalmente, deve haver manutenção do time, pois a troca de membros traz a necessidade de treinamento e o tempo gasto impõe maiores limitações à taxa de crescimento. Possas (1990) analisa a importância da característica coletiva do trabalho em Penrose e mostra que não há como alterar o time sem diminuição da eficiência média, levando a dois obstáculos que assim explica:

(...) de um lado, acima de certa taxa de crescimento, os ‘serviços diretivos’ adicionais requeridos por unidade de expansão começam a crescer, basicamente como resultado dos problemas de coordenação e a integração deles à equipe existente; de outro lado, os mesmos ‘serviços diretivos’ adicionais fornecidos por cada um dos novos membros contratados são declinantes com o ritmo de seu recrutamento, dada a dificuldade e tempo de treinamento (Possas, 1990, 69).

A manutenção da equipe está dentro do papel dos gerentes. Kerstenetzky (2000) argumenta que a divisão de trabalho em Penrose vai além da produção e inclui o gerenciamento.

Deve haver uma gerência máxima para princípios decisórios e uma intermediária para aplicar políticas. Outro complicador do crescimento, portanto, é que o processo gera a necessidade de novos gerentes, que precisam estar aptos para administrar esta hierarquia e, para isso, precisam passar por um período de aprendizado, gerando outro limite à taxa de crescimento. Foss (1999) indica essa questão: “In Penrose, this is rationalised by pointing to the difficulties of socializing new managers that are needed for the expansion of the firm.” (Foss, 1999, 93). A conclusão é que a tentativa de crescer mais rápido que a capacitação e experiência dos membros da firma é prejudicial.

Com as análises sobre limites da taxa de crescimento, percebe-se que estas sempre estão associadas à necessidade de gerar bases de conhecimento e à dificuldade de se coordenar uma unidade em expansão. Este é um ponto que aproxima a autora dos gerencialistas, pois os limites estão nas mãos do gerente, que é o responsável, com sua equipe, por superá-los. Penrose, então, determina aquilo do que depende o crescimento no longo prazo.

In the long run the profitability, survival, and growth of a firm does not depend so much on the efficiency with which it is able to organize the production of even a widely diversified range of products as it does on the ability of the firm to establish one or more wide and relatively impregnable ‘bases’ from which it can adapt and extend its operations in an uncertain, changing and competitive world. It is not the scale of production nor even, within limits, the size of the firm, that are the important considerations. but rather the nature of the basic position that it is able to establish for itself (1959,137, apud Best, Garnsey, 1999, 191).

Best e Garnsey (1999) apontam que a motivação para se estabelecer e alcançar uma posição básica no mercado acaba limitando as

oportunidades produtivas que uma firma consegue perseguir. A consequência, porém, não é a perda das oportunidades, mas o aproveitamento delas por empresas de pequeno porte. Tais oportunidades de expansão que surgem da inovação, mas que não podem ser aproveitadas por quem as gerou, devido à necessidade de manter a posição no mercado, são chamadas “interstices”. São elas que justificam a teoria de Penrose para limitação do processo de concentração na indústria, que não será desenvolvida por estar fora do escopo do presente estudo.

VBR: a Visão Baseada em Recursos

Recorte teórico e a inserção na teoria da firma

Para apresentar a Visão Baseada em Recursos (VBR), é necessário determinar como ela se situa na teoria da firma e quais são suas linhas interpretativas. Barney (2001) considera que a identificação facilita o desenvolvimento, a compreensão e limitação de uma teoria, mas pontua a complexidade do assunto: “(...) there typically is no “one best way” of positioning a theoretical essay, and whatever choice is made (...) necessarily involves emphasizing some insights at the expense of others.” (Barney, 2001, 643-644). Na análise de Fiani (2015), a VBR é uma das vertentes da chamada “abordagem das capacitações”, composta por duas teorias distintas: a VBR e as Capacitações Dinâmicas. Retomando a classificação criada pelo próprio autor, a abordagem das capacitações é organizacional e parte da percepção de que empresas na mesma indústria muitas vezes apresentavam diferenças relevantes ainda que inseridas no mesmo ambiente competitivo. Notou-se que seguiam políticas administrativas e organizacionais diferentes, além de apresentarem diferenças de desempenhos relevantes e duradouras. O objetivo desta abordagem, portanto, é analisar as diferenças de

desempenho persistentes que ocorrem no mesmo setor. Como as estruturas teóricas geradas para responder ao questionamento são baseadas nos aspectos organizacionais, Fiani (2015) as classificou desta forma.

Diferente de Fiani (2015), Barney (2001) criou uma classificação na qual a VBR é uma teoria com três linhas interpretativas que usam diferentes paradigmas da ciência econômica para montar suas análises. Enquanto Fiani (2001) vê a teoria das Capacitações Dinâmicas como uma construção separada que compõe a abordagem das capacitações junto da VBR, Barney (2001) considera-a como uma das linhas interpretativas da VBR. As linhas são determinadas por Barney (2001) de acordo com a teoria econômica no qual se baseiam: a Estrutura-Condução-Desempenho (ECD), a microeconomia neoclássica e a teoria evolucionária. Explicitando sua escolha Barney diz: “Of these three, I chose the first.” (Barney, 2001, 644). A ideia de Barney é determinar a partir de qual marco cada linha da VBR se estrutura e pretende fazer avanços. No caso dele, é a ECD. Barney aponta que as semelhanças entre as linhas são os recursos serem heterogêneos e a motivação ser a diferença persistente de desempenho entre firmas do mesmo setor.

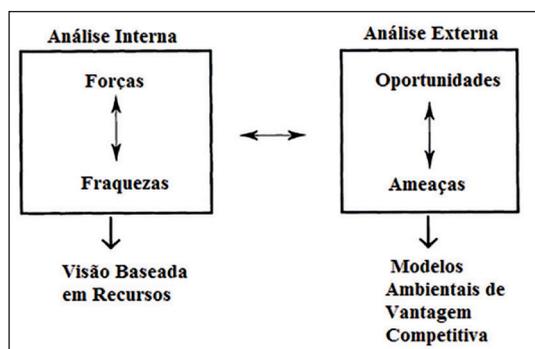
2.2 Os Principais Conceitos e implicações

2.2.1 Contextualização, Hipóteses e Conceitos Base

Contextualizando o desenvolvimento da teoria, Barney (1991) aponta que desde os anos 1980 já existiam autores tentando entender a causa do melhor desempenho de algumas firmas por longos períodos, como Rumelt e Porter. A estrutura utilizada por eles vinha e consistia na ideia que “(...) firms obtain sustained competitive advantages by implementing strategies that exploit their internal strengths, through

responding to environmental opportunities, while neutralizing external threats and avoiding internal weaknesses.” (Barney, 1991,99). A figura abaixo demonstra o citado.

De acordo com Barney (1991), o problema com as análises descritas na figura como Modelos Ambientais de Vantagem Competitiva, onde se enquadram Porter e Rumelt, é que a preocupação com os efeitos do ambiente na competitividade prejudicou a análise dos atributos internos por conta da utilização de hipóteses simplificadoras. A simplificação foi conceber recursos e estratégias como homogêneos na mesma indústria e que eventuais heterogeneidades seriam deteriam curto prazo graças à mobilidade. A VBR surgiu como alternativa para analisar as características internas da empresa e como elas possibilitam vantagem competitiva sustentada, sendo as hipóteses fundamentais heterogeneida-



de e imobilidade. A ideia básica, portanto, é que há heterogeneidade de recursos e, conseqüentemente, de firmas. Para Fiani (2015), a dinâmica entre homogeneidade e heterogeneidade está associada à diferença entre renda e lucro econômico, a primeira sendo definida como “(...) o ganho obtido por um recurso produtivo além do pagamento necessário para obter o recurso em questão.” (Fiani, 2015, 179) - ou seja, o recurso deve proporcionar ganhos acima do valor que deve ser pago para que ele seja ofertado por

proprietário. Já o segundo é o ganho “(...) obtido além do custo de oportunidade de todos os itens de capital da empresa.” (Fiani, 2015, 179).

No mainstream, lucros econômicos só existem no curto prazo, uma vez que existe homogeneidade de produtos e tecnologia. Eles surgem da insuficiência de oferta dos recursos, mas são corrigidos pelo mecanismo de equilíbrio. Diferentemente, as rendas representam ganhos acima do custo necessário para comprar os recursos responsáveis por gerá-las e, para que isso aconteça, pressupõe-se heterogeneidade de recursos. Fiani (2015) conclui, portanto, que lucros econômicos pressupõem recursos homogêneos, enquanto rendas pressupõem heterogêneos. Vale pontuar que, enquanto os lucros são fadados a desaparecer por conta dos mecanismos de equilíbrio, as rendas tendem a ser mantidas e serão maiores na medida em que o acesso ao recurso que as gera seja limitado. Quando o acesso é expandido, diz-se que a renda é dissipada, através do “processo pelo qual a competição progressivamente elimina vantagens de uma empresa pioneira, ao extinguir de maneira gradual a diferença que esta possui em relação aos seus competidores.” (Fiani, 2015, 192).

Fiani (2015) entende que para a VBR, as rendas ricardianas e schumpeterianas são as mais importantes. A primeira está associada a recursos de qualidade superior cuja oferta não pode ser ampliada, em especial – mas não somente – recursos naturais e de localização favorável. A segunda está associada a resultados positivos da introdução de uma inovação. Este autor aponta, porém, que gerar rendas não é condição suficiente para apropriá-las. As condições para apropriação são quatro fatores conhecidos pela sigla VRIN, do inglês valuable, rare, inimitable, nonsubstitutable, e que serão desenvolvidos na próxima sessão. Outro conceito que apresenta relações com a VBR, mas não é diretamente ci-

tado, é a quase-renda Marshalliana: receita originada por máquinas e quaisquer outras fontes feitas pelo homem, enquanto a renda é resultado de receitas originadas por insumos da natureza, como apontado em Kondo (2006, 360):

land is fixed in supply in the long run, whereas capital is variable. in the short run, however, in so far as machines and other forms of capital cannot be produced quickly, they are practically fixed stock and the income derived from them stands in the same relation to the value of the products raised by them, as do true rents.

A quase-renda é associada ao fato de as plantas não poderem aumentar a produção com facilidade no curto prazo, resultando em descompasso entre demanda e oferta por conta de um aumento da primeira e, conseqüentemente, gerando um monopólio de curto prazo. O autor acaba definindo renda como “(...) the surplus above the total costs of production (...)” e quase-renda como “(...) the surplus above the prime cost that covers the general expenses of business.” (Kondo, 2006, 360). A partir do conceito de quase-renda, Marshall expande a ideia para as organizações com a quase-renda composta, gerada não por um indivíduo, mas uma organização. Estas podem existir permanentemente, remetendo à ideia de vantagens competitivas sustentadas da VBR.

Determinadas as hipóteses fundamentais, é necessário definir o que são recursos. Segundo Fiani (2015), são “tudo aquilo que a empresa utiliza para desenvolver suas atividades e oferecer seus produtos (...)”. (Fiani, 2015, 177). Por essa definição entende-se: ativos físicos, organizacionais e humanos. Em Barney (1991), são apontados como todos os ativos, capacidades, processos, atributos, informação, conhecimento e outras estruturas internas que permitem que a firma desenvolva meios de melhorar sua eficácia

e eficiência. A definição de recursos é uma fragilidade teórica: o termo não é utilizado de maneira uniforme entre autores, podendo significar apenas aquilo englobado na categoria VRIN, ou admitindo as definições expostas acima.

O conceito seguinte é vantagem competitiva. Segundo Barney (1991), ela acontece quando a empresa faz uso de uma estratégia pioneira. Para ele, a vantagem se sustenta enquanto empresas competidoras forem incapazes de replicar tal estratégia. Ele faz uma análise de equilíbrio, que entende ser vantajosa por evitar a necessidade de se determinar por quanto tempo uma empresa deve manter a vantagem para que esta seja considerada sustentada. Leiblein (2011) define vantagem competitiva como a diferença relativa entre preço de reserva e custo entre competidores: acontece quando uma empresa gera mais valor econômico que seu competidor potencial; Fiani (2015) considera que esse tipo de vantagem ocorre quando uma empresa tem produtos melhores, ou menores custos de produção. Barney (1991) pontua que a possibilidade de sustentar uma vantagem competitiva não garante que ela sempre existirá, o que é explicado pelo modelo ECD. Caso haja mudanças na estrutura, os recursos que são fontes de vantagem podem perder os atributos que os tornam capazes de conferi-la. Ocorre uma modificação na determinação do que é, ou não, um recurso capaz de gerar vantagem competitiva sustentada. A perda não ocorre quando há apenas duplicação dos efeitos da vantagem. Quando isso ocorre, esta é dissipada e não perdida.

Desenvolvimento Teórico

A partir das hipóteses, Barney (1991) aprofunda a lógica de Porter de cadeia de valor para facilitar a identificação de recursos estratégicos e analisar os atributos necessários para que produzam vantagem competitiva susten-

tada. Com isso, chega aos fatores VRIN supracitados: recursos valiosos, raros, inimitáveis e não-substituíveis.

Segundo Barney (1991), um recurso valioso é capaz de proporcionar a criação de estratégias mais eficientes e eficazes, bem como neutralizar ameaças. Ser valioso é condição necessária, porém insuficiente, para ser um recurso estratégico. Leiblein (2011) aponta duas características de recursos valiosos: adequação técnica e produtividade; e escassez e como esta afeta as oportunidades futuras para as diferentes firmas.

A fim de ser estratégico, o recurso deve ser raro além de valioso, ou seja, detido por poucas empresas. A ideia é que a estratégia precisa ser exclusiva: se muitas firmas tiverem o recurso, poderão desenvolvê-la. Barney (1991) determina que para se qualificar o recurso como raro, o número de firmas que o detêm deve ser menor que o necessário para haver concorrência perfeita. Leiblein (2011) define como raros os recursos cuja oferta não atende à demanda. Barney (1991) afirma que recursos valiosos e raros geram vantagens competitivas, mas não sustentadas. Conclui que “The observation that valuable and rare resources can be a source of competitive advantage is another way of describing first-mover advantages accruing to firms with resource advantages.” (Barney, 1991, 107).

O terceiro fator VRIN é não ser imitável: quando uma firma desenvolve uma estratégia com recursos valiosos e raros, é necessário que outras não consigam obtê-los, ou poderão alcançar a estratégia. Para Barney (1991), não ser imitável é uma garantia que os competidores não terão acesso ao recurso, ou seja, são mecanismos de isolamento, que podem ser: condições históricas específicas, ambiguidade causal, ou complexidade social. Fiani (2015) cita outros mecanismos de isolamento: direitos de proprie-

dade intelectual, “aprender fazendo”, e custos de mudança do comprador. A afirmação de que condições históricas específicas são mecanismos de isolamento vem da hipótese da VBR a seguir: “(...) not only are firms intrinsically historical and social entities, but that their ability to acquire and exploit some resources depends upon their place in time and space.” (Barney, 1991, 107).

Conclui que, passado um momento, não seria mais possível obter o recurso e a sua detentora terá vantagem sustentada, ou seja, há dependência da trajetória. A ambiguidade causal ocorre quando a relação entre recursos e vantagem competitiva não é perfeitamente compreendida. Se nem a empresa sabe quais recursos foram responsáveis pela vantagem, então os competidores não terão como descobrir. Já a complexidade social envolve recursos que não podem ser gerenciados sistematicamente. Barney (1991) cita exemplos como relações interpessoais e reputação com fornecedores. Nesse caso, muitas vezes é perceptível qual recurso favorece a firma, mas as que não o detêm não conseguem reproduzi-lo por não serem capazes de influenciá-lo por completo. O mecanismo de direito de propriedade intelectual garante a exclusividade dos recursos e estratégias por certo período, enquanto o “aprender fazendo” consiste na necessidade de tempo para aprender como utilizar o recurso de modo que haja experiência suficiente para gerar queda no custo. Por fim, os custos de mudança do comprador caracterizam um obstáculo por conta dos recursos necessários para lidar com as características de um produto.

Retornando aos fatores VRIN, no que se trata de recursos não imitáveis, existe a questão de Barney (1991) usar somente o termo “não imitável”, enquanto Fiani (2015) entende que o significado do fator é de que devem existir limitações à imitação, mas não é possível impedi-la ad eternum. Levanta-se, portanto, uma possível

crítica a Barney (1991), pois ele não especifica se considera apenas o curto prazo, ou se o recurso deve permanecer sempre com tal característica. O último fator VRIN é não ser substituível, que significa que não existem recursos equivalentes capazes de reproduzir o efeito daquele que gera vantagem para a firma. Caso sejam substituíveis, os recursos serão equivalentes e poderão gerar a mesma estratégia final. A equivalência pode ocorrer por via de recursos similares capazes de gerar o mesmo resultado; ou diferentes, mas sem que isso impeça que o resultado estratégico seja igual. Se o recurso não for substituível, os concorrentes não terão acesso às estratégias que ele possibilita e, portanto, a vantagem será sustentada. Com os fatores apresentados, Barney (1991) conclui o corpo teórico da VBR, mas acrescenta que apesar de focar nos recursos e as vantagens que proporcionam, o fator gerencial é importante. Afirma que os gerentes são responsáveis pela compreensão e descrição do potencial dos atributos internos de uma firma e diz que tais capacidades também devem seguir os atributos VRIN.

Críticas

Priem e Butler (2001) fizeram um trabalho criticando Barney (1991) e os desdobramentos da VBR, e Barney (2001b) os respondeu. Para efeito deste artigo, o desenvolvimento do debate envolvendo as limitações da VBR enquanto teoria fica fora do recorte determinado. As críticas serão citadas, porém não desenvolvidas em sua totalidade. Serão desenvolvidas apenas aquelas que influenciam o debate posterior envolvendo a influência de Penrose no desenvolvimento do marco teórico da VBR. Uma destas é a inaplicabilidade da VBR, que Priem e Butler (2001) associam a quatro fatores, dois dos quais são importantes para o debate envolvendo Penrose: a definição de recursos ser *all inclusive*; e a teoria ser estática. A crítica à definição de recursos ser “*all inclusive*”, ou seja, muito abrangente,

passa pelo fato de que se qualquer atributo pode ser considerado um recurso, ainda que não sejam todos estratégicos, há pouco guia prescritivo na teoria. Barney (2001b) concorda que a definição é muito inclusiva, mas considera o fato um ampliador da capacidade prescritiva. A proposta não seria listar recursos essenciais, mas descrever os atributos necessários para que o gerente possa antecipar as vantagens estratégicas que um recurso pode trazer.

Sobre ser uma teoria estática, Barney (2001b) afirma que a crítica ocorre por conta da percepção de que análises de equilíbrio são estáticas. Ele discorda e alega que a descrição de uma situação de equilíbrio e a comparação com o estado real permite a previsão de como o sistema mudará com o passar do tempo. Também defende que outros teóricos da VBR desenvolveram estudos dinâmicos e sem equilíbrio, como as Capacitações Dinâmicas. Vale lembrar que Barney (2001) considera esta teoria como uma vertente da VBR, mas Fiani (2015) como duas teorias distintas. O fato de Fiani (2015) e Barney (2001) identificarem a VBR na HPE de formas diferentes faz com que tenham visões distintas sobre a crítica do caráter estático da teoria. Como Fiani (2015) não vê a VBR e Capacitações Dinâmicas como diferentes linhas da mesma teoria, ele faz a mesma crítica de Priem e Butler (2001).

Pode-se acrescentar que a VBR apresenta problemas associados ao processo de amadurecimento teórico. Lockett (2005) afirma esse processo argumentando que a VBR está na fase chamada por Kuhn de ciência normal, ou seja, validação empírica das hipóteses e desenvolvimento teórico. O resultado é uma dificuldade interpretativa da teoria por conta de debates envolvendo conceitos chave. Rugman e Verbeke (2002) também consideram que a falta de amadurecimento dificulta a análise de conceitos. É o caso, por exemplo, dos conceitos de recursos,

vantagem competitiva sustentada e não-imitação.

Influências de Penrose na VBR

Revisão de Literatura – o debate sobre a influência de Penrose na VBR

Quando a VBR foi disseminada pela teoria da firma e ganhou força entre os autores, iniciou-se um debate sobre as influências sobre as quais ela havia se desenvolvido. O debate menos consensual é o que envolve Edith Penrose. Foram selecionados autores relevantes para ambos os lados do debate a fim de identificar os argumentos e, posteriormente, apresentar uma análise baseada no que foi desenvolvido nas seções anteriores. De um lado foram selecionados Foss (1998) e Rugman e Verbeke (2002), que relativizam a importância de Penrose; do outro encontram-se Lockett (2005) e Pitelis (2004), que têm posicionamento favorável à visão de Penrose como fundamental para o desenvolvimento da VBR. As apresentações serão feitas na ordem citada e de forma sequencial devido às diferentes naturezas dos argumentos.

Influência marginal na VBR

Das identificações da VBR na HPE mostradas na segunda seção, Foss (1998) se aproxima de Fiani (2015), pois a considera separada das Capacitações Dinâmicas. Esta observação é importante para a análise posterior do debate. Foss (1998) defende que vantagens competitivas sustentadas são assunto periférico na obra de Penrose, pois são uma interpretação da teoria de formação de preços neoclássica. Sendo assim, não seria possível associar a VBR aos mecanismos teóricos da autora, construídos como alternativa aos neoclássicos e às análises de equilíbrio. Para Foss (1998), o mainstream tem a capacidade de incorporar ideias heterodoxas sem levar em conta essa natureza, o que teria ocorrido no caso da VBR com Penrose. Um aspecto da

natureza heterodoxa de Penrose apontado por Foss (1998) é o refinamento da firma Marshalliana, que não apenas abriga conhecimento, mas o processa e desenvolve, sendo que “(...) managing knowledge may be hard to separate, both in practice and conceptually.” (Foss, 1998, 4). É uma análise inerentemente de processo e um ponto fundamental da obra de Penrose, mas não citado pela VBR, que é uma teoria estática.

Foss (1998) defende que a VBR usou conceitos da autora, mas de forma agregada, o que ela não fez. Entende que a VBR trata dos recursos de forma generalizada, enquanto Penrose trabalha peculiaridades e especificidades. É uma crítica semelhante a de Priem e Butler (2001) a respeito da definição de recursos ser “all inclusive”. Foss (1998) resume sua visão sobre o debate da seguinte forma: a VBR foca na aquisição de recursos, e Penrose em aplicá-los na produção; a VBR é estática e Penrose faz uma análise dinâmica. Alega ainda que Penrose enfatiza o conhecimento e a cognição - e o caráter imperfeito destes - ao considerar que gerentes tomam decisões de acordo com a imaginação. O processo decisório não é ligado a uma escolha dentre opções apresentadas, mas a um entendimento do ambiente para definir variáveis relevantes e usar o conhecimento disponível para agir. Sendo assim, decisões não são baseadas em otimização, mas no processo de aprendizado. Foss (1998) considera esta mais uma evidência da limitação da VBR enquanto desenvolvimento da teoria de Penrose, pois é uma teoria estática que não avalia o processo de aprendizado. Além disso, apesar da VBR entender o conhecimento como um dos recursos da firma, estes são tratados coletivamente - não há o tratamento diferenciado que a autora apresenta.

Foss (1998) acrescenta que Penrose tem uma visão de competição diferente da VBR. Ela é contrária à noção de equilíbrio e enfatiza mudança, incerteza e empreendedorismo, mas é as-

sociada com rigidez e dependência da trajetória por autores da VBR. Um deles é Lockett (2005), que aponta como contribuição central de Penrose a noção de dependência da trajetória, como evidenciado na passagem:

Building on the central tenets of Penrose's arguments that firms are heterogeneous, which is the result of their path dependency the paper demonstrates how her writings can be used to explain the latest developments of the RBV (Lockett, 2005, 83).

Para Foss (1998), a divergência decorre da falta de percepção de que Penrose passa a mensagem de especialização e ao mesmo tempo flexibilidade, aspecto que ficou de fora das interpretações que a associam à dependência de trajetória. Defender ambos não é um paradoxo, segundo Foss (1998), porque a autora se refere aos recursos e não aos produtos quando fala de especialização. Para ele, a confusão também ocorre porque Penrose considera que a história interfere nos resultados, porém não com uma análise rígida de dependência da trajetória, mas de processos e experiências que diferenciam as firmas. Sendo assim, o argumento de Foss (1998) é que Penrose desenvolveu uma crítica aos neoclássicos e análises de equilíbrio, não podendo ser canônica para a VBR, que é uma análise de equilíbrio. Para ele, houve um problema interpretativo, ou tentativa de selecionar conceitos soltos que se adequassem ao marco utilizado.

Outra análise contrária a Penrose como influência canônica da VBR é a de Rugman e Verbeke (2002), que tem um ponto de partida similar ao de Foss (1998): atribuem a um problema interpretativo a afirmação de contribuição tão forte a ela. Os autores buscam demonstrar que a construção teórica da autora não tem caráter prescritivo sobre como ter melhor desempenho que os concorrentes. A passagem a seguir demonstra o ponto defendido:

The paper suggests that Penrose's insights have indeed substantially influenced a large number of scholars in the field of resource-based strategic management. However, this influence has only partly been as she intended, mainly through her focus on the firms as an evolving collection of resources. It has also partly been emerging, and certainly unintended, as some strategy scholars have used her ideas in conceptual approaches driven by the overarching, firm-level goal to purposefully create isolating mechanisms so as to increase rents, a concept she actually opposed (Rugman, Verbeke, 2002, 769).

Rugman e Verbeke (2002) atribuem o cenário ao fato dela ter sido diretamente citada por dois autores que inauguraram o campo: Wernefelt (1984) e Teece et al. (1997). No caso de Wernefelt (1984), para pontuar a importância da firma Penrosiana e o desdobramento da necessidade de explorar os recursos existentes e desenvolver novos. Já Teece et al. (1997) se utilizam da contribuição de Penrose de forma mais específica. Primeiro, ao focar na argumentação de que o capital humano não é totalmente especializado e pode ser realocado para fins de diversificação, apoiaram-se na ideia Penrosiana de que toda firma detém recursos em excesso que podem ser utilizados desta forma. Rugman e Verbeke (2002) afirmam que não houve confusão nessas interpretações como ocorreu posteriormente. A análise acima mostra que Rugman e Verbeke (2002) identificam a VBR na HPE da mesma forma que Barney (1991), uma vez que Teece et al. inauguraram as Capacitações Dinâmicas e eles o consideram uma referência da VBR. Percebe-se, portanto, a utilização da ideia das Capacitações Dinâmicas como parte constituinte da VBR. Apesar disso, fazem a análise considerando apenas a linha teórica baseada na ECD, o que influencia a conclusão de que Penrose não foi uma influência canônica dentro do recorte que fizeram.

Rugman e Verbeke (2002) afirmam que Penrose diverge quanto ao papel dos mecanismos de isolamento, que a VBR considera fundamentais na obtenção de vantagens competitivas sustentadas. Afirmam que os autores da VBR criaram a impressão errada de que Penrose prescreveu o uso de recursos como meios para introduzir mecanismos de isolamento e obter renda, ou pelo menos considerou a busca de renda como fundamental para o crescimento da firma. A realidade é que ela não considera tais ações como críticas, mas apenas esforços de pouca importância para o crescimento, apesar de existentes. Determinam, então, três razões presentes no trabalho de Penrose para considerarem a afirmação dos autores da VBR como erro interpretativo. Primeiro, ela rejeita o conceito de equilíbrio de longo prazo e, portanto, a possibilidade de lucratividade superior, que considerava ser reflexo de uma estrutura de mercado ineficiente: “She acknowledged that larger and older firms could have advantage vis-à-vis small firms, both in terms of efficiency and monopolistic advantages (Penrose, 1956), but she assumed that competition among large firms would usually eliminate any rents.” (Rugman, Verbeke, 2002,772).

Segundo, Penrose não atribui relevância ao desempenho da firma em comparação aos concorrentes, com exceção de quando surgem rendas de monopólio, que não considera de grande importância para o crescimento da firma. Por fim, a autora não tem como prioridade lucros que beneficiam acionistas, pois atribui a eles apenas o fornecimento de capital e recebimento de dividendos suficientes para induzir reinvestimento. Em suma, ela desenvolveu uma teoria voltada para criação de valor, não apropriação. Rugman e Verbeke (2002) alegam, portanto, que a autora se mostrou explicitamente contra mecanismos de isolamento, o foco da VBR. Ponderam que tratou de apenas um: talento para gerenciamento,

embora tal aspecto isolado seja uma contribuição mínima e não canônica. Argumentam, portanto, que a influência foi indireta e não canônica, lembrando que isto não diminui a importância da autora, mas evidencia que houve exagero na atribuição de influência graças a um problema interpretativo. Fazem a ressalva de que analisaram somente a teoria sobre crescimento da firma de Penrose, pois em sua teoria das empresas multinacionais a busca de renda é importante, indo de encontro ao corpo teórico anterior dela.

Influência Canônica na VBR

Lockett (2005) abre o argumento apontando que Penrose antecedeu as análises modernas sobre estratégia, especificamente a VBR, e seu trabalho é, portanto, um importante legado. Sobre a VBR, afirma que a teoria vem passando pela fase de validação empírica de hipóteses e desenvolvimento teórico e que, apesar da força que ganhou desde os anos 1980, os responsáveis por sua origem foram marginais na HPE por muito tempo, incluindo Penrose. Para traçar o legado de Penrose, de acordo com Lockett (2005), é preciso evidenciar qual metodologia ele segue para identificar a VBR na HPE. Fica evidente que segue a ideia de Barney (1991) de uma teoria dividida em 3 linhas: “As outlined above, the RBV has developed beyond its original formulation as an equilibrium approach to SCA into more dynamic conceptions of the RBV such as capabilities and dynamic capabilities theory.” (Lockett, 2005, 86).

Lockett (2005) fez a análise da influência de Penrose considerando as três linhas constituintes da VBR, diferentemente de Rugman e Verbeke (2002), que tinham o mesmo posicionamento metodológico, mas analisaram somente a linha que segue a ECD. É importante salientar o fato, pois influencia diretamente a análise da contribuição de Penrose, dado que autores que não a consideram uma referência central apon-

tam justamente que ela seria mais influente para teorias dinâmicas do que para a VBR, uma teoria estática. Conclui-se que a forma de identificar a VBR na teoria da firma é fundamental para o debate. O primeiro ponto de Lockett (2005) a favor de Penrose como inauguradora da VBR é ela ter sido uma das inauguradoras da firma organizacional, que a VBR tem como elemento teórico fundamental. Lembra que, apesar das diferenças entre as linhas da VBR, o caráter das firmas e as noções de heterogeneidade e dependência da trajetória se mantiveram em todas – pontos centrais no trabalho de Penrose. Percebe-se aqui a crítica feita por Foss (1998) de associar erroneamente Penrose à dependência de trajetória.

Além disso, Lockett (2005) considera que Penrose tratou de diversos assuntos envolvendo gerenciamento estratégico. Uma contribuição teria sido para o conceito de vantagem competitiva. Afirma que a contribuição é perceptível na dicotomia que Penrose apresenta entre pequenas e grandes empresas ao considerar que existem atividades nas quais economias de escala importam e, portanto, grandes empresas dominam. Do outro lado, atividades que precisam de maior flexibilidade são mais realizadas por pequenas empresas. Aponta que ela vai além e analisa as firmas mais e menos antigas e atribui a origem das vantagens, parcialmente, ao conjunto de recursos possuídos por cada uma. O autor faz um paralelo com análises modernas de vantagens competitivas: “She described how profitability flowed from advantages possessed by some firms over others; advantages that included those rooted in each firm’s experience.” (Lockett, 2005, 87). Acrescenta que os paralelos aumentam com a análise dela de que empresas grandes podem usar estratégias para limitar as vantagens das mais novas e menores, inclusive a aquisição. Lockett (2005) opina que Penrose não tinha o objetivo de desenvolver uma teoria

para vantagens competitivas, mas considera que forneceu condições para tal.

Lockett (2005) passa, então, para as contribuições de Penrose na VBR como uma teoria dinâmica, onde entra a questão da identificação da teoria na HPE. O autor faz uma análise da evolução da VBR, mostrando um início voltado para análises de equilíbrio, como especificado a seguir.

At the center was an equilibrium model in which the successful firm is able to use its unique resource base to generate a rent that it can then sustain by inhibiting imitation by rivals. This essentially static formulation is without doubt a powerful pedagogical tool for understanding and teaching strategy (Lockett, 2005, 87).

A visão estática recebeu críticas, de onde surgiu a Teoria das Capacitações Dinâmicas com referências principais em Teece e Pisano. Lockett (2005) afirma que este ramo da VBR seria a maior manifestação da influência de Penrose, ao invés dos desenvolvimentos prévios baseados na ECD e organização industrial. O fato de considerar as Capacitações Dinâmicas como linha da VBR permite esse tipo de análise, o que não ocorre com quem faz a divisão como Fiani (2015) e separa as análises estáticas e dinâmicas em teorias diferentes. A mesma limitação ocorre com quem define a VBR como Barney (2001) mas analisa somente a linha da ECD para se inserir no debate, como Rugman e Verbeke (2002).

Lockett (2005) aprofunda o argumento defendendo que a autora também foi responsável por inaugurar o conceito da VBR de diversificação. Ele aponta duas contribuições: o desenvolvimento da ideia que diversificações devem ser feitas dentro das bases tecnológicas e comerciais e não em forma de conglomerados, e a defesa de diversificação via aquisição como uma estratégia

limitada. É uma análise similar a da VBR, pois nesta é necessário que haja valor associado em ter atividades diversificadas na mesma unidade para justificar o processo de diversificação. A segunda contribuição é importante porque a autora justifica a inferioridade da estratégia de aquisição dizendo que os recursos adquiridos não serão de conhecimento da equipe gerencial. Lockett (2005) aponta de um paralelo entre este argumento e a questão da imobilidade e não-imitação da VBR. Depois das contribuições apontadas, o autor conclui: “Penrose should now take her rightful place as one of the key scholars in the development of the broad church that we call the RBV. Her legacy endures.” (Lockett, 2005, 95).

Outra argumentação que vê Penrose como central para o desenvolvimento da VBR é a de Pitelis (2004), que compara o caso com a influência de Coase para os trabalhos sobre custos de utilização do mercado, com a diferença de que a influência deste é tida como consenso. A identificação que Pitelis (2004) faz da VBR na HPE é mais próxima de Fiani (2015), separando a VBR, Capacitações Dinâmicas e Visão baseada em Conhecimento, mas englobando todas na abordagem das capacitações. Argumenta a favor da influência da autora porque ela teria trabalhado com apropriação de renda e não somente criação, como defendem Rugman e Verbeke (2002). Pitelis (2004) fez seu trabalho em resposta aos dois, defendendo que Penrose trabalhou com rendas, especialmente no final do livro *Teoria do Crescimento da Firma* (1959), e antecipou teorias sobre posicionamento estratégico das firmas. Além disso, desenvolve o pouco trabalhado conceito de rendas em desequilíbrio através do argumento das bases impregnáveis. O debate entre os Pitelis (2004) e Rugman e Verbeke (2002) é possível mesmo com cada um seguindo uma metodologia de identificação da VBR, pois Rugman e Verbeke (2002) falam somente na linha

da VBR estática e associada à ECD, que é o que Pitelis chama de VBR como um todo.

Pitelis (2004) afirma que Penrose é vista por um grupo de autores, como Rugman e Verbeke (2002), como uma teórica da criação de valor, não apropriação, e que ela se opunha à criação de mecanismos de isolamento por firmas para aumentar suas rendas. Concorde inicialmente com o posicionamento ao afirmar:

Importantly, this engendered ‘excess resources’, as increased productivity could lead to less time being required to perform a given set of activities. ‘Excess resources’ could be put to profitable use at zero marginal cost. This represented an important incentive to management to innovate and expand. In this sense, firm growth is the endogenous outcome of perennial intra-firm knowledge creation (Pitelis, 2004, 525).

Para o autor, Penrose se destacou pela ideia de crescimento endógeno através de recursos excedentes que resultam do conhecimento adquirido na firma, argumento que ficou marginal na literatura apesar de ser aquilo que a faz uma teórica de criação de valor por excelência. Ele, então, relativiza a afirmação de que a autora não desenvolve conceitos associados à apropriação de valor ao apontar que isto é feito na parte final do livro *Teoria do Crescimento da Firma* (1959). Como a VBR é uma teoria que trata de apropriação de renda para que haja vantagem competitiva sustentada, Pitelis (2004) considera que mostrar esse caráter de Penrose salienta a sua importância.

Pitelis (2004) defende que Penrose lidou explicitamente com as condições nas quais rendas eram geradas, tanto em quase-equilíbrio quanto desequilíbrio, onde colocou mais ênfase. Cabe explicitar como ela conceitua equilíbrio e desequilíbrio: “In line with her,

we here define equilibrium as the steady state, and disequilibrium as the ‘path’, or the out of equilibrium process.” (Pitelis, 2004, 525). Sendo assim, rendas de quase-equilíbrio ocorrem por haver poder de monopólio, enquanto rendas de desequilíbrio têm origem nas bases impregnáveis: áreas de especialização que mantêm a posição básica da empresa, base tecnológica e produtiva. Penrose determina a força das firmas estabelecidas ao fato destas terem e manterem essa posição básica através do uso de recursos e tecnologias específicas e venda de produtos em mercados específicos. Percebe-se, portanto, que: “The characteristic strength of the large, well-established firm does not (emphasis in the original) derive from a miscellaneous collection of resources in many fields, but from the fact that it has ‘defences in depth’, as it were, in a few special fields.” (Pitelis, 2004, 526). Sendo assim, Penrose considera ser possível a obtenção de rendas em desequilíbrio e que, para consegui-las, as firmas devem utilizar seus recursos de maneiras específicas para que a base impregnável seja desenvolvida.

Pitelis (2004) afirma que o termo “impregnável” é associado aos mecanismos de isolamento da VBR. Enfatiza que Penrose não considera que apropriação de valor vá de encontro à criação. Além disso, apesar de desviar de conceitos de equilíbrio nos quais a VBR se apoia, ela reconhece a possibilidade de monopólio e que este possibilita a criação de rendas, que chama de rendas de quase-equilíbrio. Argumenta também que Penrose cita Bain para discutir barreiras de entrada e defende que grandes firmas não podem aproveitar todas as oportunidades disponíveis, resultando no surgimento de interstícios. A ideia é que firmas grandes precisem se proteger de competição potencial, o que as impede de perseguir todas as oportunidades, abrindo espaço para pequenas firmas. Percebe-se

a inserção de rendas de monopólio, o que Pitelis (2004) repete não ser contraditório com o resto da teoria da autora, mas lembra que ela considera eficiência uma estratégia superior. Ele resume: “To summarize, for Penrose, firms create value, but also try to appropriate value, both at (quasi-) equilibrium (monopoly) and at disequilibrium through building impregnable bases. Value creation and value appropriation are not at odds.” (Pitelis, 2004, 527). A ideia é que firmas criam valor para apropriar-se dele. Rebate, portanto, o argumento de Rugman e Verbeke (2002) de que Penrose não é uma influência direta por não tratar de apropriação de valor.

Pitelis (2004) aponta que Rugman e Verbeke (2002) consideram que Penrose não prescreve e nem vê como fundamental o uso de mecanismos de isolamento para gerar rendas. Para ele, a questão é que a própria autora considera seu trabalho como analítico, não normativo, logo ela não defende nenhum tipo de prática específica. Discorda também da visão de que a busca de renda é um processo sem importância para Penrose por só impactar o curto prazo. Para Pitelis (2004), o processo é fundamental porque Penrose aponta que se as rendas forem geradas por bases impregnáveis, são capazes de gerar expansão de longo prazo. Conclui que a teoria de Penrose é mais do que criação de valor: é criação de valor para apropriação posterior e, portanto, contribuição direta e fundamental para o desenvolvimento da VBR.

Análise

A partir da revisão da literatura e dos conceitos apresentados nas seções anteriores, pode-se traçar uma análise do assunto. Primeiramente, ficou demonstrado que o debate ocorre de maneira difusa e com argumentações de naturezas diferentes para defesa e crítica de Penrose como contribuição canônica da VBR. No

caso dos que discordam, Foss (1998) tem foco metodológico associado ao fato da VBR ser centrada em ideias que remetem aos neoclássicos e análises de equilíbrio, o que impediria uma teórica crítica a estas visões de ser canônica para seu desenvolvimento. Foss (1998) aponta que ocorreram erros interpretativos associados com a prática do mainstream de adequar teorias alternativas ao seu marco. Já Rugman e Verbeke (2002) fazem uma análise do conteúdo teórico tanto da VBR quando da obra de Penrose para concluir que os objetivos centrais de uma não são alinhados com os da outra. Sua conclusão é que Penrose foi uma influência, porém indireta.

Do outro lado, Lockett (2005) defende Penrose como inauguradora da VBR a partir de comparações conceituais. Pitelis (2004) visa refutar Rugman e Verbeke (2002) e destacar pontos do trabalho de Penrose em que ela considera críticos os objetivos da VBR, mas que foram os menos desenvolvidos por seus intérpretes. Este trabalho torna clara a dificuldade de se analisar sob uma mesma base as contribuições sobre a VBR. Primeiramente, elas nem sempre consideram a mesma metodologia de identificação da teoria na HPE. Boa parte da defesa de Lockett (2005) parte do princípio que as Capacitações Dinâmicas são um ramo da VBR e que Penrose foi uma grande influência para esta teoria. Sendo assim, Lockett (2005) conclui que Penrose, no mínimo, inaugurou uma das três linhas, sendo isso o suficiente para validar sua percepção como canônica da VBR. Já Foss (1998), que separa as teorias, faz uma análise desfavorável sobre a influência de Penrose por considerar somente a VBR estática e em equilíbrio. O fato de os trabalhos não seguirem a mesma metodologia, portanto, dificulta interpretações. Como a influência de Penrose é maior e mais aceita nas Capacitações Dinâmicas, parte das críticas e defesas sobre a contribuição dela para a VBR se desenvolvem a

partir desta consideração, dependendo da metodologia aplicada.

Neste trabalho foi apresentada a VBR como uma teoria de equilíbrio e estática baseada na ECD, logo, a avaliação deve ser feita no que tange a importância de Penrose para este recorte. É possível, portanto, validar a crítica de Foss (1998) sobre a dificuldade de associar as teorias pelas diferentes naturezas que apresentam, mesmo que a VBR use conceitos como firma, recursos e efeito Penrose. Já a argumentação de Lockett (2005) em defesa da importância de Penrose pode ser relativizada, dado que boa parte do que considera ser legado da autora está associado às análises dinâmicas. O que pode ser apontado a favor do legado de Penrose para a VBR é o argumento de Pitelis (2004) e a demonstração de que Penrose desenvolveu conceitos de apropriação de valor.

Conclusão

Neste trabalho buscou-se apresentar a teoria do crescimento de Penrose, a VBR, e avaliar o real impacto da primeira na segunda. Foram apresentados os conceitos e desenvolvimento teórico de ambas e as principais linhas de argumentação a favor e contra a afirmação de que Penrose é uma autora canônica para a VBR. O que se pode concluir é que parte do debate existe pela dificuldade de tratamento da VBR enquanto teoria, o que pode estar relacionado à necessidade de amadurecimento teórico, como afirmam autores como Rugman e Verbeke (2002) e Lockett (2005). Como esta é uma teoria nascida no meio dos anos 1980 e difundida a partir da década seguinte, muitos conceitos ainda são objeto de debate, prejudicando a consistência metodológica, o que dificulta análises da real influência de Penrose. Apesar disso, é evidente a diferença de natureza entre as teorias, como Foss (1998) pontua, já que Penrose é uma crítica direta das

noções estáticas e de equilíbrio utilizadas pela VBR. Este fato não é necessariamente impeditivo à qualificação da autora como influenciadora, porém coloca em questão a narrativa de que é a referência canônica e fortalece a argumentação de Rugman e Verbeke (2002) de que sua influência seria indireta e percebida nos conceitos de firma, efeito Penrose, e de recursos.

Outro problema é que a inconsistência metodológica de classificação na HPE influencia os trabalhos sobre a contribuição de Penrose. Usando Lockett (2005) como exemplo, ele utiliza a divisão de Barney (2001) e mantém análises dinâmicas e estáticas como linhas diferentes da mesma teoria, influenciando a conclusão que Penrose contribuiu e inaugurou a VBR, principalmente por conta das teorias dinâmicas. Diferentemente, Foss (1998) considera as análises estáticas e dinâmicas como teorias separadas. Sendo a VBR estática, conclui que a influência de Penrose é muito menor que a verificada por Lockett (2005). A participação de Penrose em teorias dinâmicas é mais aceita e, portanto, tirá-las do escopo de análise influencia os resultados. Está demonstrado que o impacto de Penrose na VBR é realmente um debate em aberto, fazendo com que o resultado varie de acordo com a literatura levantada para revisão. Porém, colocando as análises na mesma base e analisando a VBR estática, ganha força o argumento que Penrose contribuiu menos do que lhe dão crédito, ainda que Pitelis (2004) acrescenta alguns conceitos antes desconsiderados como influência. Ela teria sido canônica para as análises dinâmicas posteriores.

A continuação desta análise requer maior uniformidade metodológica entre os autores e intérpretes da VBR. É necessário um consenso que defina se a teoria abrange análises dinâmicas. O passar do tempo contribuirá para que as divergências e ambiguidades conceituais possam ser sanadas ou mais documentadas. Independentemente,

existem influências de Penrose na VBR que não podem ser negadas, não importando se a autora é o centro de onde a teoria se desenvolveu. Com a inauguração da firma organizacional a partir do conceito de recursos e a determinação do limite ao crescimento em sua taxa, Penrose abriu o caminho para o desenvolvimento do campo do gerenciamento estratégico.

Pode-se enxergar mais claramente o pioneirismo da autora em determinadas teorias, como as Capacitações Dinâmicas, mas independentemente de ser indireta ou fundamental para ramos específicos, a importância de Penrose fica evidente no desenvolvimento da área como um todo. Considerando que a autora ficou à margem dos estudos teóricos de HPE por muitos anos por conta da dominância neoclássica, e que influenciou toda uma área de pesquisa – ainda que não uniformemente – este reconhecimento é uma conquista para ela e todos os autores alternativos ao programa de pesquisa neoclássico.

Bibliografia

BARNEY, J; “Firm Resources and Sustained Competitive Advantage”, *Journal of Management*, v. 17, n. 1, pp. 99-120, 1991;

BARNEY, J; “The resource-based view of the firm: Ten years after 1991”, *Journal of Management*, v. 27, pp. 643-650, 2001;

BARNEY, J; “Is the resource-based “view” a useful perspective for strategic management research? Yes”, *Academy of Management Review*, v. 26, n. 1, pp.41-56, 2001b;

BEST, M; GARNSEY, E; “Edith Penrose: 1914 – 1996”, *The Economic Journal*, v. 109, n. 453, pp. 187-201, 1999;

COASE, R; “The Nature of the Firm”, *Economica*, v.4, pp.386–405, 1937;

DANTAS, A; KERSTENETZKY, J; PROCHNIK, V; “Empresa, Indústria e Mercado”. In: KUPFER, D; HASENCLEVER, L; “Economia Industrial”. Rio de Janeiro: Campus, 2002, pp.15-23;

FIANI, R; “Economia de empresa”, ed. 1, São Paulo: Saraiva, 2015, pp. 231;

FOSS, N; “Edith Penrose and the Penrosians – or, Why There is Still so Much to Learn from The Theory of the Growth of the Firm”, Working Papers 98-1, Department of Industrial Economics and Strategy, Copenhagen Business School, pp.25, 1998;

FOSS, N; “Edith Penrose, Economics and Strategic Management”, *Contributions to Political Economy*, v. 18, pp. 87-104, 1999;

KERSTENETZKY, J; “Teorias da Firma: uma Análise Comparativa”. In: DANTAS, A; KERSTENETZKY, J; “Empresas, Mercado e Concorrência”. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 10-53;

KERSTENETZKY, J “A Natureza da Firma Contemporânea: o Problema da Governança Corporativa à Luz da História do Pensamento Econômico”, *Revista Econômica*, v. 9, n. 2, pp. 209-238, 2007;

KONDO, M. “Quase-rent and Composite Quase-rent” in: RAFFAELLI, T. et al. “The Elgar companion to Alfred Marshall”. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2006, pp. 360-364;

LEIBLEIN, M; “What Do Resource- and Capability-Based Theories Propose?”, *Journal of Management*, v. 37, n.4, pp. 919-932, 2011;

LOCKETT, A; “Edith Penrose’s Legacy to the Resource-Based View”, *Managerial and Decision Economics*, v. 26, p. 83-98, 2005;

MACHLUP, F; “Theories of the Firm: Marginalist, Behavioral, Managerial”. In: MACHLUP, F; “Methodology of Economics and Other Social Sciences”. New York: Academic Press, 1978, pp. 391-422;



PITELIS, C; “Edith Penrose and the Resource-Based View of International Business Strategy”, *International Business Review*, v. 13, n. 4, pp. 523-532, 2004;

PITELIS, C “Edith Penrose’s The Theory of the Growth of the Firm Fifty Years Later”, *Social Science Research Network*, pp. 1-53, 2009;

POSSAS, M.; “Oligopólio e a Teoria da Firma”. In: POSSAS, M. “Estruturas de Mercado em Oligopólio”. São Paulo: HUCITEC, 1990, pp.41-87;

RUGMAN, A; VERBEKE, A; “Edith Penrose’s Contribution to the Resource-Based View of Strategic Management”, *Strategic Management Journal*, v. 27, pp. 769-780, 2002;

TEECE, D; PISANO G; SHUEN, A. “Dynamic Capabilities and Strategic Management”, *Strategic Management Journal*, v. 18, pp. 509–533, 1997;

WERNERFELT, B. “A Resource-Based View of the Firm”, *Strategic Management Journal*, v. 5, pp. 171–80, 1984;

